

O Quilombo da Serra do Talhado: História(s) sobre um lugar e seu fundador

EULÁLIA BEZERRA ARAÚJO*
MÉRCIA REJANE RANGEL BATISTA*

Introdução

No alto da Serra do Talhado, com aproximadamente 700 metros de altitude, e a 26 km de distância da zona urbana do município de Santa Luzia está a localidade denominada de Olho D'água do Talhado, ou simplesmente 'Talhado'; com uma extensão territorial de aproximadamente 496,3 hectares o Talhado é composto, na descrição e nomenclaturas dos moradores, por onze sítios: Olho D'Água Talhado, Riacho Grande, Macambira Queimada, Balanço, Oiticiquinha, Serrinha, Pedra Redonda, Poço da Cruz, Saco de Pedra, Arapuá e Olho da Guinha.

Localizado na zona rural, o Talhado faz parte tanto do território quanto da história de constituição do município de Santa Luzia, porém mesmo correlacionada, o Talhado possui sua própria história.

Ao consultarmos o material bibliográfico que dispomos, verificamos que o Talhado é apresentado como um sítio em meio a uma lista de outros sítios – uma extensão de território localizado na zona rural – pertencente ao município¹. Ou como um lugar que guarda suas especificidades históricas:

Foi lá que um negro, fugitivo de uma fazenda do Piauí, e, depois de uma rápida passagem pelo quilombo das Pitombeiras, organizou o quilombo do Talhado, em 1860. Seu nome era Zé Bento. O seu quilombo, porém, não tinha pretensões guerreiras como os outros da sua época. (MOBRAL, 1984: 134)

Ou ainda, como representantes da “súmula do brasileiro legítimo”:

(...) Li, em algum lugar, que só no ano 2.000 vai nascer o primeiro brasileiro típico, ou seja: morena, cabelos estirados e olhos verdes. Pois bem, acreditem ou não, já existe esse tipo de gente lá na Serra do Talhado (...). (Palavras de Jeová Batista – então Diretor Cultural do Museu de Santa Luzia – transcritas in MOBRAL, 1984:136)

* Universidade Federal Paraíba (UFPB); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e doutoranda em Sociologia pela UFPB.

* Universidade Federal de Campina Grande; Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ (PMSL, 1939, pags.: 60, 65, 79, 80, 91, 103, 107 e 111; ARAÚJO, 1996: 33).

Como está sendo sugeridos, nesta rápida introdução, os que moram ou se pensam a partir do Talhado reivindicam uma especificidade. Ao mesmo tempo, os que contam a história do município de Santa Luzia também indicam uma história própria do Talhado. Logo, nos apoiando nas narrativas que nos foram apresentadas, vamos procurar recuperar e discutir estas variações, objetivando também indicar as relações entre as tramas discursivas e o processo que se constituiu e que gerou como consequência a certificação do Talhado, enquanto uma comunidade descendente de quilombo.

As informações, contidas neste artigo, são frutos tanto das fontes orais – a memória dos moradores da Serra do Talhado – quanto dos estudos já realizados sobre a comunidade do Talhado ².

A(s) história(s) da Serra do Talhado de Santa Luzia do Sabugy

A história da Serra do Talhado está atrelada à figura de José Bento Carneiro (Zé Bento), miticamente conhecido como o primeiro morador daquela terra e fundador da comunidade do Talhado. As histórias que relatam a chegada de Zé Bento ao Talhado articulam elementos distintos, dependendo do momento e do narrador: Zé Bento teria sido um escravo que veio fugido do Piauí, ou seria um alforriado, ou ainda, teria vindo “tangendo uma boiada” ³.

Em referência a esta última versão, consta que chegou ao território de Santa Luzia três vaqueiros, Joaquim Carneiro, Manoel Bonifácio e Clementino, que vinham conduzindo uma boiada do Piauí para a Paraíba. Manoel Bonifácio teria ido em direção ao cariri paraibano, em busca de terras onde pudesse se estabelecer; sobre o Clementino não há informações, já Joaquim Carneiro fixou-se em terras hoje conhecida como o Brito ⁴ e esposou Cândida Gomes ⁵, dentre os filhos do casal interessa-nos Cecília Maria da Purificação. A esta versão

² NORONHA, Aruanda, 1960; CALVACANTI, 1975; SANTOS, 1998; NÓBREGA, 2007; SOUZA, 2008; ALMEIDA, 2010.

³ A expressão “tangendo uma boiada” é utilizada para designar o ofício de boiadeiros que com auxílios de cavalos e cachorros transportavam boiadas de um lugar a outro.

⁴ O Brito é um distrito rural e hoje pertence ao município de Areia de Baraúna.

⁵ Cândida Gomes era filha de Cota da Caiçara que segundo as histórias contadas era uma cabocla brava de pele branca de olhos azuis, foi pega a ‘pata de cavalo’ e ‘a dente de cachorro’, ou seja, foi capturada e levada para casa de pessoas ricas. Não há informações sobre o marido de Cota da Caiçara e/ou pai de Cândida Gomes.

acrescenta-se a existência de Prudência que seria irmã de Joaquim Carneiro e mãe de Zé Bento; este casou com Cecília, sua prima cruzada patrilateral, com quem teve treze filhos: Maria José da Conceição; Manoel Saturnino Bento; Paulina Maria da Conceição; Paulino José Bento; Francisco Bento; Mariana Maria da Conceição; Cândida Maria da Conceição; Luzia Maria da Conceição; Inácia Maria da Conceição; Francilina Maria da Conceição; Joaquina Maria da Conceição; Antonia Maria da Conceição; Joaquim Bento de Maria.

Em Cavalcanti (1975), ao se descrever a comunidade rural negra do Talhado, se identifica Zé Bento e Cecília como os fundadores do Talhado, pois, à época da pesquisa, os habitantes do Talhado se consideravam descendentes deste casal. Sendo que Cota da Caiçara funcionaria como um “ancestral mítico” (termo este que é utilizado por Cavalcanti). Ao mesmo tempo em que Cota não é uma referência como Zé Bento e Cândida, sempre lembrados, pois Cota não é reivindicada como a origem. Talvez por não se associar a um companheiro específico ou por não ser uma povoadora de um território. Tudo que se vai atribuir a sua filha em consórcio com o seu genro.

Nóbrega (2007) afirma que o grupo do Talhado desconhece a ‘descendência’ de Zé Bento. Ou melhor, de que as informações oferecidas pelos seus entrevistados não permitem a identificação dos ascendentes de Zé Bento. Segundo as informações que lhe foram declaradas, Zé Bento seria “filho de um ‘negão’ que veio solteiro do Piauí”. (NÓBREGA, 2007: 50).

Sobre o pai de Zé Bento, Cavalcanti (1975) não disponibiliza qualquer informação, porém, mesmo não nomeando, afirma que “todos os irmãos de Cecília são lembrados, embora o mesmo não aconteça com os de J.B.C.” (Zé Bento) (CAVALCANTI, 1975: 73). Nóbrega (2007) identifica Gabriel como sendo um desses irmãos de Cecília. “De fato, Joaquim Carneiro ainda é relembrado na memória do Brito e lá podemos encontrar descendentes da Família Gabriel, coincidentemente o mesmo nome de um dos seus filhos”. (NÓBREGA, 2007: 51). Assim, de acordo com a transcrição de depoimentos, é a ‘descendência’ de Cecília que ainda permanece na memória do grupo:

Zé Bento eu não sei a descendência dele de onde veio. Se foi do Piauí, se foi de outro qualquer estado, do Maranhão, de outro canto, eu não sei não. Agora o Joaquim Carneiro veio do Piauí. Quando ele veio do Piauí, veio ele e um tal de Manoel Bonifácio. Joaquim Carneiro assistiu-se aqui no Brito, comprou terreno no Brito e Manoel Bonifácio desceu pra esses Cariri. (NÓBREGA, 2007: 50).

Porque eu sei dizer que o Joaquim Carneiro que gerou essa família lá pelo Brito, veio do Piauí. (...) O povo dizia que ele veio com os Dantas tangendo uma boiada e aqui ficou. Aqui comprou um terreno no Brito e casou-se por aí. Ficou e gerou família. Até hoje tem família dele por aí. Que essa Cecília que é conhecida aí na história era filha de Joaquim Carneiro. Agora Zé Bento eu não sei a descendência dele de onde veio [...]. Tinha um Dr. Dantas, Manoel Dantas, mas eu não sei qual foi o que trouxe Joaquim Carneiro [...]. Esta minha mãe contava. Que eles saíram de lá escondido [...]. Sei que disse que quando ele veio trouxe muito dinheiro. Joaquim Carneiro assim que chegou comprou da Bocanha até a extremidade da Serra da Borborema (NÓBREGA, 2007: 51).

Além de enfatizar, nas transcrições acima, a relação de Joaquim Carneiro com o Brito, Nóbrega também destaca que Joaquim Carneiro veio do Piauí “tangendo uma boiada” em uma época em que a pecuária se configurava enquanto uma atividade importante para a economia do sertão nordestino.

Expondo sobre a escravidão na Paraíba, Diana de Soares Galliza⁶ esclarece que o escravo negro também era utilizado na Paraíba com as funções de vaqueiro; o problema é que sendo o escravo um investimento econômico, entregar-lhe uma boiada para cuidar ou transportar constituía um risco de perdê-lo, pois as chances de fugas eram maiores, diferente dos engenhos, onde os cativos eram incessantemente vigiados. Mesmo assim,

O fazendeiro entregava o rebanho a escravos nos quais depositava total confiança. Para prendê-los à fazenda e evitar sua evasão concedia-lhes alguns benefícios. Por exemplo, há evidências de que tenha estendido ao vaqueiro o sistema de quarta, tão peculiar à pecuária, no período colonial e no século passado. Esse sistema consistia em o vaqueiro receber um novilho em cada quatro que nascesse, após cinco anos de trabalho na fazenda. Nas nossas pesquisas nos acervos cartoriais de municípios criatórios, como Pombal, Piancó, São João do Cariri, encontramos alforrias compradas pelo escravo com cabeças de gado. (GALLIZA, 2000⁷)

Uma hipótese então é que “o sistema de quarta” talvez tenha sido o mecanismo utilizado por Joaquim Carneiro na possível compra de sua alforria e na disposição de dinheiro para comprar a terra referida por Nóbrega (2007).

Outra versão sobre a chegada de Zé Bento ao Talhado nos é apresentada e que está até hoje mantida na memória do grupo: a de que Zé Bento teria se instalado primeiro na

⁶ Mestra em História pela Universidade Federal de Pernambuco; Doutora em História pela Universidade de São Paulo; Professora aposentada de História da Universidade Federal da Paraíba; Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Pernambuco; Professora de História do UNIPÊ, Sócia do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e pesquisadora da Escravidão na Paraíba.

⁷ <http://www.ihgp.net/pb500l.htm>

Pitombeira⁸ e posteriormente teria trocado suas terras nessa localidade por outras no Talhado. Segundo contam os mais velhos, a permuta de terra teria sido motivada porque Zé Bento enquanto carpinteiro e sua esposa, Cecília (Mãe Cizia), louceira, teriam no Talhado a disponibilidade de madeira e barro, materiais indispensáveis para seus ofícios, além de recursos naturais como caça do mato e mel. Cavalcanti (1975) identifica 1860 como sendo o ano em que esta troca de terras ocorreu. A isso, Santos (1998) e Nóbrega (2007) nos acrescentam trechos de entrevistas que reforçam a ideia de que Zé Bento teria vindo da Pitombeira.

Eu tenho uma orientação que esse nosso terreno do Talhado, não era lá não. Isso era lá na Pitombeira. Lá habitava o finado Zé Bento, morava lá na Pitombeira, nesse tempo ele vivia de caça do mato, de abelha, e trabalhava nesse serviço de madeira, aí o finado Zé Bento foi, pegou essa terra dele lá na Pitombeira e foi pro Talhado e lá assentou esse povo e ficou matando mocó, preá, trabalhando em madeira, essa outra parte trabalhava em louça e nisso o povo ta todinho. Essa parte do povo da Pitombeira e Talhado é uma família só, tudo misturado... (SANTOS, 1998: 45-46)

A história de Zé Bento, que eu sei, só essa mesma que (...) contou agora. Que ele permutou a Pitombeira aqui no Talhado e veio embora porque ele era um carpinteiro e aqui tinha madeira, tinha muita caça do mato, tinha abelha e era do que eles viviam e Cecília que é a esposa dele, fazia “loiça”, aí vivia disso (NÓBREGA, 2007: 48)

O carpinteiro Zé Bento antes de ir para o Talhado morava na Pitombeira, onde tinha terras. Motivado pela abundância de madeira e barro na região do Talhado, faz uma permuta de terras com um tal de Nestor (avô de Zé Nestor e de Manoel Nestor). Assim, Zé Bento permuta uma parte de terras da Pitombeira por uma parte do Talhado. (NÓBREGA, 2007: 49)

Narrativas semelhantes com as descritas acima, nos foram contadas em conversas com pessoas que se reconhecem como descendentes do Talhado. Durante uma manhã de conversa, uma descendente⁹ de Zé Bento, aos 96 anos, nos narrou parte da história de sua vida e nos concedeu informações pertinentes ao desenho do diagrama de parentesco de sua família. Ao falar que conheceu mãe Cizia – sua avó materna –, descreveu as características físicas e a convivência com ela.

⁸ Extensão Territorial localizada na zona rural no município de Várzea. A Comunidade de Pitombeira foi certificada pela Fundação Cultural Palmares, em 2005, como Remanescente das Comunidades dos Quilombos.

⁹ Por uma questão de ética e para evitar qualquer tipo de constrangimento não informaremos, neste artigo, os nomes dos descendentes de Zé Bento.

(...) eu só conheci a avó, conheci a Cecília minha avó que morreu, eu tava com 11 anos (...) lembro madrinha Cecília toda a feiçãozinha dela, toda feiçãozinha dela eu me lembro, bem alvinha (...) o finado meu avô trabalhava, aí ele permutou o sítio da Pitombeira pelo sítio de Olho D'água Talhado que tinha madeira e na Pitombeira não tinha. (descendente de Zé Bento, entrevista realizada em 13/07/2010)

Raras são as informações que as pessoas mais idosas, que compartilham a história do Talhado, possuem sobre Zé Bento. Como os atuais guardiões da memória do grupo não conheceram Zé Bento, suas informações sobre esse antepassado se resumem a algumas histórias transmitidas oralmente e presentes na memória.

Especula-se que o nome do Talhado teria se originado da arte de Zé Bento de entalhar a madeira¹⁰. Contudo, a habilidade do primeiro morador não se tornou uma atividade entre seus descendentes, como é o caso da técnica de confeccionar utensílios domésticos de cerâmica, que passada de geração em geração, hoje é uma atividade que é caracterizada como sendo uma distinção cultural dos descendentes do Talhado. Especificamente, uma qualidade associada à condição feminina, tratando-se de uma herança transmitida por Cecília.

Apesar das discordâncias, as narrativas produzidas pelo grupo e sobre o grupo, sempre destacam a chegada de Zé Bento ao Talhado, privilegiando assim a ideia de um deslocamento, seja do Piauí até a Paraíba, ou da Pitombeira ao Talhado. De qualquer forma, independentemente da razão ou caminho tomado por Zé Bento, foi no Talhado onde ele se fixou de modo definitivo, tornando-se o fundador e ancestral da comunidade do Talhado junto de sua esposa Cecília¹¹.

¹⁰ Para Melo e Nóbrega (2006), o nome Talhado possui a mesma origem que o nome da cidade Serra Talhada, em Pernambuco, pois, antes de ser chegar às moradas da comunidade Talhado “encontra-se um penhasco de uns 50 metros, talhado direto na pedra, em torno do qual há lendas de amores e suicídios. De fato seria, ali, naquele paredão talhado, um ótimo ponto de observação, caso a comunidade realmente tenha sido fundada por escravos (fugidos ou não) em busca da liberdade”. Por isso, seria errôneo associar o nome do Talhado a arte de Zé Bento de entalhar a madeira. (MELO e NÓBREGA, 2006: 5).

¹¹ Para mais detalhes sobre a História do Talhado, ver: NORONHA, Aruanda, 1960; CALVACANTI, 1975: 15-17; SANTOS, 1998: 43-47; NÓBREGA, 2007: 48-55; SOUZA, 2008: 40-56; ALMEIDA, 2010: 34-36. Ver também, reportagens como: FERREIRA, Clécio S. A Cultura da Serra do Talhado. Revista Cultura (Ano X). Brasília: MEC, jul./set. 1981; BARBOSA, Severino. Quilombo do Talhado: 1500 descendentes do negro Zé Bento fazem a sua própria e rudimentar civilização. Diário de Pernambuco – Primeiro Caderno. Recife: 27 mar. 1960: 15; FELIX FILHO. Os quilombos Sobrevivem no Sertão da Paraíba. Jornal do Brasil – Caderno B – Rio de Janeiro: 30 jun. 1980: 3-5; TAVARES, Carlos. Quilombo do Talhado – Cem Anos de Solidão. Revista Em Dia, [S.I.] 1988.

Na linguagem do Cinema Novo, o cineasta e jornalista paraibano, Linduarte Noronha, realiza o primeiro registro áudio-visual dessa comunidade. Em seu documentário “Aruanda” (1960)¹², Noronha retrata a origem e as dificuldades enfrentadas pelos moradores do Talhado para sobreviverem numa terra inóspita, demonstrando o cotidiano da pequena comunidade, sua economia primitiva e seu isolamento social.

As cenas que iniciam o filme Aruanda, juntamente com a narração, descrevem acontecimentos passados, e contam que Zé Bento em meados do século XIX, fugindo da escravidão, partiu com a família em busca da terra onde pudesse viver. Apresentando, assim, a origem da comunidade do Talhado, com a chegada de seu fundador naquelas terras. O documentário reconstrói a história do quilombo Talhado, no nordeste brasileiro, fundado vinte oito anos antes da abolição da escravidão no Brasil.

No mais, uma característica presente nos trabalhos já produzidos sobre o Talhado reside na ideia de associá-lo a um quilombo. Linduarte Noronha inicia o documentário Aruanda (1960) com o seguinte texto:

Os quilombos marcaram época na história econômica do Nordeste canavieiro. A luta entre escravos negros e colonizadores terminava as vezes em episódios épicos como Palmares. Olho D'Água da Serra do Talhado em Santa Luzia do Sabugy Estado da Paraíba, Nordeste do Brasil, surgiu em meados do século passado quando o ex-escravo e madeireiro Zé Bento partiu com a família à procura da terra de ninguém, com o tempo o Talhado transformou-se num quilombo pacífico e isolado das instituições do país, perdido nas lombadas do chapadão nordestino com uma pequena população num ciclo econômico, trágico e sem perspectiva, variando do plantio de algodão à cerâmica primitiva. [grifos nossos]

Em sequência ouve-se a narração de frases como:

*Naquele dia, em meados do século passado, Zé Bento resolveu partir com a família, a procura da terra onde pudesse viver. **Fugia da servidão, da antiga escravidão.***
[...]
***Depois da libertação, os antigos escravos tinham conhecimento da existência do sítio de Zé Bento, na serra do Talhado.** Muitos tomaram a direção daquelas terras,*

¹² As informações contidas no documentário Aruanda foram colhidas durante quatro anos de pesquisa realizada por Linduarte Noronha. Financiado principalmente pelo INCE (Instituto Nacional de Cinema Educativo), a filmagem do Aruanda teve início em fevereiro de 1960 e a estréia ocorreu em setembro do mesmo ano com um documentário de 22 minutos. Essa produção teve a seguinte Equipe Técnica: Linduarte Noronha (direção/roteiro); Vladimir Carvalho e João Ramiro de Melo (assistentes de direção); Rucker Vieira (direção de fotografia/montagem/edição); M. Cardoso (técnico de som direto).

apoderando-se das áreas devolutas, surgindo às pequenas propriedades até os dias de hoje. [grifos nossos]

Tendo como referência os trechos em destaque, Noronha, em seu documentário, assinala o Talhado enquanto um quilombo; e até onde se pode especular esta foi a primeira vez que o Talhado foi assim denominado.

Com a divulgação das filmagens do documentário Aruanda, a Serra do Talhado e sua população passam a ser alvo da curiosidade de jornalistas, que em suas reportagens fazem alusão ao Quilombo Talhado.

Severino Barbosa, colunista do Diário de Pernambuco, escreve,

No Planalto da Borborema, em terras de Santa Luzia do Sabuji, na Paraíba, fica localizado o Quilombo do Talhado, com mais de um século de existência, feito a exemplo do Quilombo dos Palmares, embora sem o mesmo espírito bélico daquele, que teve registro importante na História do Brasil. (BARBOSA, 1960: 15)

Escolas nem igrejas existem na terra que Zé Bento fundou e que permanece como retrato vivo de épocas passadas, quando o escravo negro, para escapar do tronco e do chicote deixava a civilização para se perder no mato ou nos grotões das serras. (BARBOSA, 1960: 15)

A história do escravo negro, que subiu a serra e organizou um quilombo, vive na imaginação de grandes e pequenos. Zé Bento, que foi marceneiro, que teve pais e que sabia trabalhar muito bem em madeira, deu nome a Serra do Talhado, onde se estabeleceu e fez família e organizou, depois, o clã que se desenvolveria com o passar dos anos. (BARBOSA, 1960: 15)

No contexto brasileiro a palavra quilombo está diretamente associada ao universo da escravidão, ganhando o sentido de comunidades autônomas de escravos fugitivos, ou ainda, um esconderijo para negros fugidos da escravidão.

Já que nos debruçamos sobre a possibilidade construída em torno dos moradores da Serra do Talhado formar um quilombo, vale ressaltar que Cavalcanti (1975) mesmo tendo por objetivos demonstrar as características camponesas do Talhado, não rejeita a probabilidade do mesmo ser um quilombo, como escreve em sua conclusão:

O isolamento do grupo se prende à cor e à sua situação social de origem. Quer tenha sido inicialmente um grupo integrante de milícia de grandes proprietários rurais, quer oriundo de antigos quilombos, estas circunstâncias estigmatizaram-no e desacreditaram-no aos olhos da população das áreas vizinhas. (CAVALCANTI, 1975: 69)

Outra menção ao Talhado como quilombo esteve presente no discurso do extinto Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares (GCNZP) de Santa Luzia-PB. Como consta na primeira página do livro de registro de atas, o GCNZP foi fundado aos treze dias do mês de julho de 1991, com objetivo de estudar o problema do negro na sociedade santa-luziense.

A Ata de Assembleia Geral Extraordinária do GCNZP, do dia 20 de abril de 1992, registra a presença de um membro do Grupo Axé (Patos/PB) “para estudos sobre a negritude”, e relata que a coordenadora da reunião ao fazer exposição sobre “a realidade de vida do negro no município de Santa Luzia” afirma que “Santa Luzia acredita ser um resquício de quilombo. O Talhado e a Pitombeira são duas comunidades negras que trabalham a terra própria, e noventa e cinco por cento da população é negra”; nas páginas seguintes, como conclusão do estudo, lê-se: “... o negro nunca se acostumou com a escravidão, eles fugiam e formavam os quilombos, onde viviam livres”. Os trechos aqui transcritos demonstram a concepção que o GCNZP tinha de quilombo, e a certeza de que o Talhado e a Pitombeira seriam “resquício de quilombo”.

Assim, estando o GCNZP convicto do passado quilombola do Talhado, o grupo passou a se corresponder com a Fundação Cultural Palmares (FCP) em busca de informações sobre comunidades quilombolas, e contando a história, as características e as condições de vida no Talhado.

SANTOS (1988) ao defender sua dissertação, sobre os Negros do Talhado, discute a pertinência de se compreender a comunidade rural negra enquanto um grupo que afirma uma identidade étnica. Mesmo não se propondo a discutir a condição do Talhado enquanto um quilombo ou não, Santos baseado em elementos apresentados por Clóvis Moura em “*Rebeliões da Senzala*” (1988) e fazendo menção a informações contidas em uma reportagem d’O Estado de São Paulo, afirma que “... de fato, os negros da Serra do Talhado são restos de um antigo quilombo.” (SANTOS, 1998: 37)

Até aqui, percebemos que a imagem ‘Talhado enquanto quilombo’ é vista a partir de uma concepção de quilombo histórico – um esconderijo isolado, um refúgio para escravos fugitivos¹³.

No município de Santa Luzia as questões sobre quilombo começam a emergir a partir de óticas distintas, quando em 2004 é publicado, no Diário Oficial da União, da Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Serra do Talhado, registrada no Livro de Cadastro Geral nº 001, registro nº 019, f.20, da Fundação Cultural Palmares (FCP); a referida comunidade foi a primeira Comunidade Quilombola certificada na Paraíba de acordo com o artigo 68 ADCT da CF de 1988 e com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

A partir de então, o Talhado se configura no que Alfredo Wagner Berno de Almeida (2002) preferiu chamar de quilombo contemporâneo. Nos estudos sobre as comunidades quilombolas, a contribuição de Almeida é fundamental, pois indica que é imprescindível que se revise os conceitos em relação aos casos observados pela experiência. A proposta de Almeida sugere que na análise dessas comunidades emergentes que lutam pelo reconhecimento, devemos procurar compreender sua história, suas representações e relações sociais, suas particularidades atuais, e não se prender em um conceito “frigorificado” ou realçado no sentido de remanescente.

Julgo que, ao contrário, se deveria trabalhar com o conceito de quilombo considerando o que ele é no presente. (...) Não é discutir o que foi, e sim discutir o que é e como essa autonomia foi sendo construída historicamente. Aqui haveria um corte nos instrumentos conceituais necessários para se pensar a questão do quilombo, porquanto não se pode continuar a trabalhar com uma categoria histórica acrítica nem com a definição de 1740. Faz-se mister trabalhar com os deslocamentos ocorridos nessa definição e com o que de fato é, incluindo nesse aspecto objetivo a representação dos agentes sociais envolvidos. (ALMEIDA, 2002: 54)

Enfatizando a necessidade de rever as definições de quilombo, de modo, que novos conceitos sejam analiticamente discutidos para que se avance nas discussões de etnicidade, resistência, comunidade e construção da identidade étnica nos que são denominados enquanto quilombos.

¹³ Para uma leitura mais detalhada do processo de nomeação da Comunidade do Talhado ver Luiz R. P. Almeida (2010).

Porém, quilombo como um fenômeno que assume diversas facetas na contemporaneidade é uma discussão que se inicia com a promulgação do artigo 68 do ADCT da CF de 1988, ou seja, 28 anos após a filmagem de Aruanda e 13 anos depois da pesquisa que gerou a dissertação em antropologia de Cavalcanti; então, durante as produções de Noronha e de Cavalcanti as questões sobre as formas assumidas pelos quilombos na atualidade não estavam na ordem do dia. Santos, que escreve em 1998 está inserido no contexto das discussões dispostas com o artigo 68, mas é apenas em 2003 que este artigo é regularizado pelo Decreto Nº 4.887, e é nesta conjuntura que a Serra do Talhado é certificada como Comunidade Quilombola.

Diante da nova conjuntura instaurada pelo Decreto Nº 4.887, ocorre em outubro 2003, na cidade de Santa Luzia, o “Pacto do Vale Sabugi”¹⁴, que promovendo um seminário sobre cultura afro-brasileira, colocou-se em discussão a história do Talhado e a possibilidade de reconhecer o grupo como remanescente das comunidades de quilombo. No mesmo outubro de 2003, uma vereadora da cidade, solicitou por meio do Requerimento Nº 059/2003 que a Câmara de Vereadores de Santa Luzia encaminhasse ao Ministro da Cultura, à Fundação Cultural Palmares e ainda à Secretaria de Educação da Paraíba “o apelo” no sentido de reconhecer a Comunidade do Talhado enquanto área Quilombola.

Em 16 de abril de 2004, a Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, lavra e extrai a Certidão de Auto-reconhecimento da Comunidade Quilombo de Serra do Talhado; sendo a referida publicada no Diário Oficial da União no dia 04 de junho de 2004.

No ano seguinte, na região do Vale do Sabugi, foram certificadas enquanto remanescentes de quilombo mais duas comunidades.

Em junho de 2005, a FCP certifica a “Comunidade Urbana de Serra do Talhado”¹⁵, localizada no bairro São José, na cidade de Santa Luzia, em resposta ao requerimento feito pela presidente da Associação de Louceiras que argumenta o elo indissociável existente entre a Serra do Talhado e alguns moradores do bairro.

A Comunidade de Pitombeira, localizada na zona rural de Várzea – cidade vizinha a Santa Luzia –, teve sua Certidão lavrada e extraída em 12 de maio de 2005¹⁶. O requerimento

¹⁴ SEBRAE, Governo do Estado da Paraíba, Prefeitura Municipal de Santa Luzia e Fundação Cultural Palmares.

¹⁵ Portaria nº28, publicada no DOU nº132 de 12 de julho de 2005 à seção 1, fl. 15.

¹⁶ Publicada no DOU do dia 28 de junho de 2005.

solicitando a Certidão de auto-reconhecimento recontou a história de quatro casais de negros escravos que fugiram e se instalaram na Pitombeira; no requerimento também se faz alusão a ideia de que Zé Bento – o fundador do Talhado – havia primeiro se estabelecido na Pitombeira e mediante uma permuta de terra, teria trocado a Pitombeira pelo Talhado.

Assim, A certificação da Serra do Talhado, do bairro São José e da Pitombeira, enquanto comunidades remanescentes de quilombo colocam em discussão a ‘veracidade histórica’ de uma narrativa que há muito vinha sendo contada.

As políticas públicas de ações afirmativas destinadas às comunidades quilombolas, instauradas durante o governo do presidente Lula (2003-2010), e o crescente número de pedidos de certificação dessas comunidades, assinaladas por diversas situações e em diferentes contextos, colocam em debate a definição do termo quilombo utilizado nos processos de certificação; bem como, questiona as circunstâncias nas quais essas comunidades passam a se assumir e ao discurso quilombola. Ou seja, de que maneira o discurso quilombola foi incorporados ao discurso de comunidades negras rurais e urbanas?

Em referência a Comunidade Talhado, essas discussões foram incorporadas por Nóbrega (2007) em sua dissertação. Com o objetivo de problematizar a identidade quilombola assumida pelos descendentes do Talhado, se configura um cenário no qual não se percebe o elemento processual presente na construção da identidade quilombola da Comunidade Talhado. Então, apoiando-se nos discursos de seus informantes do Talhado, Nóbrega enfatiza que os mesmos não apresentam conhecimento sobre a identidade quilombola que lhes é atribuída, concluindo, portanto, que se trata de uma construção de agentes externos ao grupo. O que para nós se configura numa incompreensão do pesquisador sobre os processos através dos quais a memória e a identidade vão se constituindo e se atualizando, em diálogo com a sociedade.

Apresentando a concepção de quilombo como centro de organização da resistência contra a escravidão, Nóbrega esclarece que ao estudar a identidade quilombola atribuída à Comunidade Talhado, não considera o termo ‘Quilombo’ em seu sentido exclusivamente histórico, e assim, fundamentado nas concepções de Arruti (2006), argumenta:

Percebemos no discurso ‘quilombolas’ que acabou por identificar e reconhecer o ‘Quilombo do Talhado’ (em 2004), uma ressemantização do conceito de ‘quilombo’,

onde este perde o sentido meramente histórico (oficial) e passa a ser interpretado como um objeto socialmente construído. (NÓBREGA, 2007: 12)

Mas, logo em seguida, ao apresentar a diferença entre a definição do termo quilombo, utilizado no Brasil antes de 1888, e o atual discurso de remanescente de quilombo, explica:

*(...) pretendemos verificar como ocorreu o processo inicial de ocupação territorial daquela região [a Serra do Talhado], bem como, se existem reminiscência histórica que possa caracterizar um antigo ‘quilombo’. [...] Portanto, a expressão “**remanescência quilombola**” passa a ser utilizada, em nosso referencial, como sinônimo de “descendência quilombola”, isto é, descendência de habitantes de quilombo. (NÓBREGA, 2007: 42)*

Mesmo disposto a discorrer sobre o contexto em que a Comunidade do Talhado foi certificada, ou seja, na aplicação de um discurso quilombola, em seu sentido ‘ressematizado’, Nóbrega se prende a definição de quilombo em seu sentido histórico, de modo que em muitas passagens de seu texto, é perceptível uma constante preocupação em averiguar a veracidade histórica dos discursos em que se atribui ao Talhado a qualidade de quilombo.

Assim, Nóbrega argumenta que o Talhado ao ser caracterizado por Linduarte Noronha (1960), Salete Cavalcanti (1875) e José Vandilo dos Santos (1998), respectivamente, como “Quilombo pacífico e isolado das instituições do país”, “um grupo especial e misterioso” e “restos de um antigo quilombo”, contribuiu na fundamentação ideológica do Quilombo Talhado. Em seguida, ao apresentar um histórico sobre a atuação política do Movimento Negro no Brasil na reivindicação por reparação de crimes históricos, como a escravidão, e na implantação de políticas públicas de ações afirmativas, lista o Movimento Negro Brasileiro, a FCP, o Pacto do Vale do Sabugy e os políticos de Santa Luzia como os principais mediadores no processo de identificação e reconhecimento da identidade quilombola do Talhado. E, respaldado em relatos como:

Isso aí eu não sei bem lhe informar não. Porque os meus avôs nunca conheceram uma senzala de quilombo por aqui. Mas aí não é do meu tempo, né? Não sei se esses negrinhos que vieram pra aqui se foram fugidos [...]. Eu já ouvi outra vez dizendo, foi Miguel de Zé Antônio que me disse, que isso aqui tinha sido doado. Mas, não foi não. Doado como bem, se Zé tivesse sido escravo. Mas Zé Bento não foi escravo não. (NÓBREGA, 2007: 90)

Nóbrega expõe as seguintes afirmações:

(...) verifica-se que a comunidade em si não tem a consciência de ser um quilombo (mesmo no sentido de remanescente quilombola) o que mostra que historicamente o conceito foi sendo construído de fora para dentro, antes tomado como rejeição e, gradativamente, assumido (por alguns) como conhecimento, principalmente a partir de discursos construídos por grupos externos ao Talhado. (NÓBREGA, 2007: 94)

Enfim, podemos concluir que o discurso quilombola não está presente no processo de auto-identidade. Esse discurso foi construído a partir dos autores analisados, reforçado pela imprensa e assumido oficialmente em 2004, quando a comunidade aderiu motivada pela politização do movimento negro contemporâneo e pelos usufrutos das políticas públicas de ações afirmativas do governo Lula. (NÓBREGA, 2007: 97)

Ao analisar as obras de Linduarte Noronha (1960), Salete Cavalcanti (1875) e José Vandilo dos Santos (1998), e ao demonstrar a atuação de mediadores¹⁷ na certificação do Talhado enquanto quilombo, Nóbrega verifica que nesses trabalhos não há o discurso quilombola assumido diretamente pelos moradores do Talhado. E ao mostrar que a memória do grupo não dispõe de lembranças que vincule o Talhado aos antigos quilombos formados durante o regime escravista no Brasil, Nóbrega afirma que o discurso quilombola, em torno do Talhado, se configura no processo de alter-identidade, ou seja, uma construção externa. E conclui,

*...convém destacarmos que o reconhecimento dessa identidade 'quilombolas' do Talhado carrega consigo um grande peso político que envolve tanto os mediadores quanto a comunidade. Acreditar e assumir essa identidade 'quilombolas' é, para o Talhado, sinônimo de melhorias na comunidade. Isto é, tudo depende de chegar ou não políticas públicas quilombolas, principalmente aquelas que já foram prometidas. E não se iludam os políticos. **O grupo está convicto de seus novos direitos 'quilombolas'**. (NÓBREGA, 2007: 141-142) [grifo nosso]*

Mesmo objetivando demonstrar que o discurso quilombola atribuído ao Talhado foi construído de fora, e não pelo próprio grupo, o trecho acima grifado já apresenta os indícios de que o grupo está se acostumando e utilizando o discurso quilombola.

Porém, preso a um conceito histórico, a leitura da dissertação de Nóbrega nos deixa com a ideia de que ele busca no Talhado um substrato da revolta negra nos anos anteriores a 1888.

¹⁷ Movimento Negro Brasileiro, a FCP, o Pacto do Vale do Sabugy e os políticos de Santa Luzia.

Entendemos que, se a história, ou melhor, os documentos históricos não demonstram a veracidade de um passado quilombola do Talhado, ela também não demonstra seu contrário; se não há nenhum documento que certifique que Zé Bento foi escravo fugitivo, também não há um documento que comprove que esse passado não existiu.

Fazendo uma rápida recuperação da cronologia e de eventos históricos, podemos dizer que, o regime escravocrata perdurou no Brasil oficialmente até 1888, a Lei do Ventre livre (de 1871) e a Lei dos Sexagenários (1885) antecederam a Lei Áurea (de 1888) ¹⁸ que declarava extinta a escravidão, revogando as disposições em contrário. Considerando que o negro Zé Bento chegou ao Talhado em 1860, entende-se que este negro não usufruía de nenhuma das leis acima, que suprimia a situação de escravo; então, possivelmente Zé Bento ou era um negro escravo ou um negro forro. E mais, se Zé Bento saiu da Pitombeira em direção ao Talhado, podemos perceber que em termos geográficos estamos em cenários bem distintos, pois a Pitombeira é uma região onde o acesso pode ser feito sem maiores dificuldades, o que implicaria em maiores dificuldades para se proteger de qualquer ataque, enquanto que no Talhado, por estar no alto de uma serra, o acesso é por si bastante difícil, garantindo que a proteção se faça de modo mais fácil, se assim podemos nos expressar.

Se o objetivo era fugir da escravidão, podemos argumentar que o quilombo do Talhado foi um quilombo bem sucedido, pois resistiu até nossos dias sem ser desvendado e reprimido.

Diante disso, resta-nos considerar também que sendo 1860 o ano de fundação do Quilombo do Talhado, isso significa que ele atravessou os duros 28 anos que o separou do fim da escravidão, envolvido em relações, certamente difíceis, com os outros moradores da região, incluindo aí a questão de senhores brancos face uma família negra.

Se no Brasil até 1888 a sobrevivência e a manutenção de liberdade aos negros exigiu muita capacidade de resistência, no Brasil República essa autoafirmação não se tornou tão simples, sinônimo de orgulho de uma situação bem quista, pois a insegurança das perseguições, o medo de se ser reescravizado, as injúrias e desrespeito não acabaram junto com o final do regime escravocrata.

¹⁸ Antecedeu essas leis, no processo de abolição da escravatura no Brasil, a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que proibia o tráfico transatlântico de escravos.

Diante do arcabouço histórico, se Zé Bento foi ou não escravo, se há ou não argumentos necessários para se comprovar esse passado, aconteceu que a Comunidade de Serra do Talhado foi auto-reconhecida como quilombo em meio a uma conjuntura instaurada por militantes de movimentos negros e sociais que lutam por instrumentos que garantam cidadania da população negra. Após o auto-reconhecimento, a população do Talhado repensa as situações em que foram estigmatizados e percebem que a certidão de comunidade (remanescente) de quilombo os impele a uma posição menos estigmatizada. Porém, assumir a identidade de quilombola é um processo que ocorre em meio a um conjunto de questionamentos e lampejos de altivez.

Sobre essa situação, Arruti (2006) explica, “... a assunção do rótulo quilombo, hoje, estaria relacionada não ao que o grupo de fato foi no passado, mas à sua capacidade de mobilização para negar um estigma e reivindicar cidadania” (ARRUTI, 2006: 89).

Assim, utilizando dos argumentos de Arruti; em meio a um discurso quilombola bem elaborado ou não, o reconhecimento como quilombolas, permitiu aos do Talhado mecanismos de “mobilização para negar um estigma e reivindicar cidadania”. (ARRUTI, 2006: 89)

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALMEIDA**, Luiz Rivadávia Prestes. TALHANDO UM GRUPO ÉTNICO: O processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2010.
- ALMEIDA**, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. C. (org.), Quilombos, identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- ARAÚJO**, José Jacinto de. Santa Luzia sua história e sua gente. João Pessoa 1996.
- ARRUTI**, José Maurício. Mocambo. Antropologia e História do processo de formação quilombola. São Paulo: EDUSC, 2006.
- BARBOSA**, Severino. No Planalto da Borborema: Quilombo do Talhado: 1500 descendentes do negro Zé Bento fazem a sua própria e rudimentar civilização. Diário de Pernambuco – Primeiro Caderno. Recife: 27 mar. 1960, p. 15. Fotocopiado.
- CAVALCANTI**, Josefa Salete Barbosa. Talhado: um estudo de organização social e política. Dissertação de Mestrado apresentada à UFRJ em 1975.
- FELIX FILHO**. Os quilombos Sobrevivem no Sertão da Paraíba. Jornal do Brasil – Caderno B – Rio de Janeiro: 30 jun. 1980, p. 3-5. Fotocopiado.
- FERREIRA**, Clécio S. A Cultura da Serra do Talhado. Revista Cultura (Ano X). Brasília: MEC, jul./set. 1981. Fotocopiado.
- GALLIZA**, Diana de Soares. A Escravidão na Paraíba. In: IHGP. A Paraíba nos 500 Anos do Brasil: Anais do Ciclo de Debates do IHGP. João Pessoa/PB. Secretaria de Educação e

Cultura do Estado, 2000. Disponível em: <http://www.ihgp.net/pb500.htm> (acesso em 11/02/2011 às 23:48).

MELO, Josemir Camilo de & **NÓBREGA**, Joselito Eulâmpio da. Quilombo do Talhado em Santa Luzia – PB, uma auto-identidade quilombola ou um processo identitário construído pelo outro? [S.I.: s.n], 2006.

MOBRAL. Livro do Município de Santa Luzia. João Pessoa: UNIGRAF, 1984. (Coleção Livros do P Municípios, - 001).

NÓBREGA, Joselito Eulâmpio da. Comunidade Talhado: um grupo étnico de remanescente quilombola: uma identidade construída de fora? Dissertação apresentada no Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade. Campina Grande/PB, UEPB, 2007.

NORONHA, Linduarte. Arruada. Documentário Brasileiro. Comunidade Talhado – Santa Luzia – PB. Produção: Instituto Joaquim Nabuco e Pesquisas Sociais – PE. 1960.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. O Município de Santa Luzia e sua Evolução (anotações feitas na atual administração, abril - 1939). João Pessoa: Imprensa Oficial, 1939.

SANTOS, José Vandilo dos. Negros do Talhado: estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia Rural. Campina Grande/PB: UFPB, 1998.

SOUZA, Jordânia de Araújo. A Construção da Identidade Quilombola no Bairro São José – Santa Luzia – PB. Monografia de graduação em Ciências Sociais. Campina Grande/PB: UFCG-CH, 2008.

TAVARES, Carlos. Quilombo do Talhado – Cem Anos de Solidão. Revista Em Dia, [S.I] 1988. Fotocopiado.